

**PROCESSO** - A. I. Nº 207104.0011/00-3  
**RECORRENTE** - MULT-EXPRESS MEDICAMENTOS ESPECIALIZADOS LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - PEDIDO DE DISPENSA DE MULTA – Acórdão 1ª CJF nº 2083-11/01  
**ORIGEM** - INFAZ BONOCÔ  
**INTERNET** - 31/10/2005

## **CÂMARA SUPERIOR**

### **ACÓRDÃO CS Nº 0014-21/05**

**EMENTA:** ICMS. PEDIDO DE DISPENSA DE MULTA. APELO DE EQUIDADE. A motivação apresentada pelo recorrente para o atendimento do seu pedido de dispensa de multa não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 1º, do art. 159, do RPAF/99, nem ficou comprovado o pagamento do principal e seus acréscimos. Pedido **NÃO CONHECIDO**. Decisão por maioria.

## **RELATÓRIO**

Trata-se de Pedido de Dispensa de Multa ao apelo da equidade, apresentado pelo autuado após ter sido o Auto de Infração declarado Procedente, nas Primeira e Segunda Instâncias.

O Auto de Infração exige imposto, no valor de R\$445.457,02, em razão de ter o autuado, na qualidade de sujeito passivo por substituição, recolhido a menos ICMS devido por antecipação tributária, referente a aquisições de mercadorias [medicamentos] provenientes de outras unidades de Federação. Consta na descrição dos fatos que o recolhimento a menos decorreu de compensação a mais do imposto pago por antecipação sobre mercadorias vendidas para órgãos governamentais, hospitais, clínicas, casas de saúde e congêneres, em desacordo com a orientação contida no § 6º do art. 359 do RICMS-BA.

Em seu Pedido de Dispensa de Multa, fls. 24 a 30, o autuado alega que sempre observou as normas emanadas das autoridades competentes, que tem efetuado significativos recolhimentos a título de ICMS, que o equívoco no cálculo do ressarcimento foi decorrente de erro na interpretação da legislação tributária e que não teve a intenção de sonegar tributo. Em seguida, solicita o cancelamento da multa em questão, com fulcro no art. 32 do RPAF/99.

Prosseguindo em seu pedido, o autuado transcreve o disposto nos artigos 918, do RICMS-BA, e 159, do RPAF/99, e solicita que o titular da IFEP opine sobre a dispensa da multa. Requer que, em seguida, o pedido de dispensa de multa seja submetido ao exame da Câmara Superior do CONSEF, para que seja determinado o cancelamento da multa indicada no Auto de Infração.

Conforme extratos do Sistema de Informações da Administração Tributária (SIDAT) acostados às fls. 105 a 111 dos autos, o valor referente ao imposto e aos acréscimos legais foi parcelado em 60 meses. Segundo esses extratos, já foram recolhidas 43 parcelas.

Ao exarar o Parecer de fls. 99 a 102, a ilustre representante da PGE/PROFIS afirma que a solicitação do contribuinte com base no disposto no art. 32 do RPAF/99 não se aplica, pois o autuado, na época, não pertencia à IFEP, única Inspeção autorizada a efetuar a intimação prevista nesse dispositivo regulamentar.

Quanto ao pedido de dispensa de multa previsto no art. 159 do RPAF/99, a procuradora afirma que o contribuinte não comprova qual a razoável e justificada dúvida de interpretação da legislação tributária que ensejaria a dispensa da multa. Ao final, opina pelo Não Provimento do Pedido de Dispensa de Multa.

## VOTO

O artigo 159 do RPAF/99 prevê a possibilidade de ser requerida à Câmara Superior do CONSEF a dispensa ou redução de multa, ao apelo da equidade, por descumprimento de obrigação principal. Por seu turno, os §§ 1º e 2º do citado artigo prevêm requisitos para a admissão do pedido de aplicação de equidade.

No presente pedido de dispensa de multa, a solicitação está fundamentada na tese de que houve razoável e justificada dúvida de interpretação da legislação tributária aplicável ao caso.

Analizando os requisitos de admissibilidade do pedido apresentado, constato que o autuado não demonstrou e nem justificou qual era a dúvida que tinha na interpretação da legislação tributária. Além disso, o dispositivo regulamentar que trata da recuperação do imposto retido a mais nas operações com produtos farmacêuticos (§ 6º do art. 359 do RICMS-BA) não versa sobre questão polêmica ou de difícil interpretação. Dessa forma, o requisito de admissibilidade previsto no § 1º do art. 159 do RPAF/99 não foi atendido.

Também observo que o parcelamento efetuado – diga-se de passagem, ainda não quitado – não caracteriza o pagamento do imposto e de seus acréscimos. Nessa situação, o requisito de admissibilidade previsto no § 2º do art. 159 do RPAF/99 igualmente não foi atendido.

Em razão do não atendimento dos requisitos de admissibilidade, conforme demonstrado acima, voto pelo NÃO CONHECIMENTO do presente Pedido de Dispensa de Multa.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da Câmara Superior do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão por maioria, com o voto de qualidade do presidente, **NÃO CONHECER** o Pedido de Dispensa de Multa apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 207104.0011/00-3, lavrado contra **MULT-EXPRESS MEDICAMENTOS ESPECIALIZADOS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$445.457,02**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, homologando-se os valores já recolhidos.

VOTO VENCEDOR: Conselheiros Álvaro Barreto Vieira, Fernando Antonio Brito de Araújo, Fauze Midlej, Nelson Antonio Daiha Filho, Oswaldo Ignácio Amador e Antonio Ferreira de Freitas.

VOTO VENCIDO: Conselheiros Denise Mara Andrade Barbosa, Helcônio de Souza Almeida, Tolstoi Seara Nolasco, Eduardo Nelson de Almeida Santos, José Antonio Marques Ribeiro e Marcos Rogério Lyrio Pimenta.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de setembro de 2005.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

JAMIL CABÚS NETO – REPR. DA PGE/PROFIS